

O QUE MUDA COM A



Depois de instalada com pompa e festa, a Constituinte viveu 40 dias de guerra até aprovar seu regimento. Depois, começou o trabalho nas 24 subcomissões e 8 comissões temáticas

# OS GRANDES

## FESTA MARCA A ABERTURA

O Brasil começa a se repensar. Foi esta a manchete escolhida pelo CORREIO BRAZILIENSE para informar os seus leitores, no dia 1º de fevereiro do ano passado, da instalação da Assembleia Nacional Constituinte. Em todo o País, o clima era de festa cívica e de uma imensa expectativa em relação às mudanças prometidas na campanha eleitoral de 86.

O cenário da festa foi o plenário da Câmara dos Deputados, preparado com pompa e circunstância para o grande momento. Entre as autoridades nacionais e estrangeiras que compareceram à cerimônia, os presidentes dos três poderes da Re-

pública e dona Risoleta Neves, viúva do ex-presidente morto e uma das estrelas do evento.

Foi uma sessão rápida, de apenas 45 minutos, transmitida para todo o País por uma cadeia nacional de rádio e televisão. Apesar dos protestos da esquerda (o deputado José Genoíno à frente), apenas o ministro Moreira Alves, na presidência dos trabalhos, teve direito à palavra. Foi um discurso equilibrado, em que conclamou os constituintes à "busca do ponto de equilíbrio necessário à nossa realidade". Estava dada a largada para a elaboração da nova Carta.

F. GUALBERTO



No dia 1º de fevereiro de 1987, o povo ocupa a frente do Congresso na instalação da Constituinte

## ULYSSES ASSUME O COMANDO

Dia 2 de fevereiro de 1987. Segundo dia de funcionamento da Constituinte, segundo grande momento da Assembleia. Naquele dia, o deputado Ulysses Guimarães se sagrou presidente absoluto dos trabalhos de elaboração constitucional, vencendo com facilidade o deputado Lysâneas Maciel, autointitulado anticandidato ao cargo. Na mesma data, Ulysses bateu Fernando Lyra na disputa pela presidência da Câmara e ganhou o título que viria a acompanhá-lo até hoje: tetrapresidente, já que é o vice-presidente da República de fato. O dia 2 foi também de afirma-

ção da soberania da Constituinte. Ao receber recurso contra a participação dos senadores eleitos em 82, o ministro Moreira Alves remeteu a decisão ao plenário. Foi um reconhecimento explícito de que a Assembleia teria poderes superiores à própria Constituição em vigor. Os senadores de 82 terminaram ficando por decisão de seus próprios companheiros, mas o episódio fomentou o surgimento do "Grupo Pró-Soberania", que pretendia remover imediatamente o "entulho autoritário" da atual Carta — falava-se também em remover o presidente Sarney do Planalto.

## REGIMENTO VIRA POLÊMICA

A aprovação do regimento interno foi outro grande momento da Constituinte, que consumiu exatos 40 dias discutindo suas normas de funcionamento. Pelo tempo gasto e pelo número de emendas apresentadas — 994 — já se podia vislumbrar então o que seriam as próximas etapas do trabalho finalmente concluído agora. Muita discussão, muita papelada e, no final, aprovação só com acordo de lideranças.

Foi na polêmica em torno do regimento que as divergências entre Governo e Constituinte

apareceriam pela primeira vez. No dia 25 de fevereiro de 87, o Planalto conseguiu esvaziar a sessão que daria poderes totais à Assembleia sobre a atual Constituição. A aprovação do regimento só ocorreu no dia 10 de março, depois de um acordo do qual resultariam os chamados "projetos de decisão" — mecanismo que nunca chegou a ser utilizado e através do qual a Constituinte poderia suspender medidas do Governo. Confrontos deste tipo viriam a repetir-se inúmeras vezes ao longo dos meses seguintes.

## MESA DIRETORA

A eleição de Ulysses Guimarães para a presidência da Constituinte foi tranquila, mas a escolha dos parlamentares que o auxiliariam na Mesa Diretora chegou a paralisar os trabalhos por vários dias. O pivô da crise foi o PFL, que exigia indicar o primeiro vice-presidente da Assembleia. Recém-eleito líder do PMDB, o senador Mário Covas bateu pé e a Frente Liberal terminou ficando sem representantes na Mesa.

No mesmo tom de beligerância que assumiria constantemente ao longo da Constituinte, o líder José Lourenço aproveitou o episódio para ameaçar obstruir os trabalhos, chegando a anunciar que o PFL redigiria sua própria Constituição. Foi só retórica, mas serviu para provocar um clima de tensão na Assembleia.

EUGÊNIO NOVAES



Ulysses: atrás, um quatroanista

GIVALDO BARBOSA

## É A GUERRA

A escolha dos relatores das comissões e subcomissões temáticas foi uma verdadeira guerra entre a direita e a esquerda, com vitória indiscutível desta última. Sairiam das mãos dos relatores as primeiras definições a respeito de temas vitais.

O Governo preferiu concentrar seus esforços na Subcomissão do Poder Executivo, que definiria a duração do mandato do presidente Sarney. Lançou a candidatura do deputado Expedito Machado, que terminou derrotado pelo senador José Fogaça, ligado ao líder Mário Covas e defensor do mandato de quatro anos. Ainda por cima, Fogaça alinhava-se entre os parlamentaristas e foi o responsável pelo primeiro anteprojeto da Constituinte adotado este sistema de governo no Brasil. Só no plenário o presidencialismo seria restabelecido.

## SUBCOMISSÕES

As subcomissões ouviram centenas de depoimentos e receberam milhares de emendas em seus 40 dias de funcionamento. Ao final dos trabalhos, a Nação conheceu 24 projetos descontraídos. Avançados em alguns pontos, retrógrados em outros, mas acima de tudo contraditórios.

O mandato do presidente Sarney, por exemplo, foi fixado em quatro anos pela Subcomissão do Poder Executivo e em cinco pela Subcomissão do Sistema Eleitoral. A reserva de mercado, aprovada pela Subcomissão de Ciência e Tecnologia, foi recusada pela de Princípios Gerais.

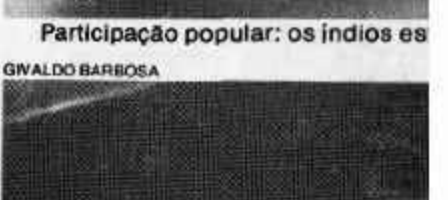
Em algumas Subcomissões, os projetos renderam muitas brigas. Foi assim na Ciência e Tecnologia, onde a relatora Cristina Tavares quase é destituída do cargo. Ainda mais explosiva foi a Subcomissão da Reforma Agrária, cujo relator teve sua proposta integralmente alterada para que a propriedade permanecesse inviolável.

## DIVULGAÇÃO

A divulgação dos trabalhos da Constituinte foi o tema que mais polêmicas gerou durante a discussão do regimento interno, mas valeu a pena. No dia 8 de abril de 87, em outro grande momento, estreavam os programas A Voz da Constituinte (rádio) e Diário da Constituinte (televisão), que o País se acostumaria a sintonizar duas vezes por dia a partir de então. Saía também o primeiro número do Jornal da Constituinte, que já ultrapassou as 60 edições.

Esses instrumentos de comunicação com o povo se mostraram fundamentais como arma de defesa da Constituinte, utilizada mais de uma vez pelo deputado Ulysses Guimarães para revidar ataques do presidente Sarney. Foi através deles, ainda, que Ulysses dirigiu veementes apelos aos constituintes para que comparecessem às votações.

EUGÊNIO NOVAES



Ronaldo Caiado comemora o enter



Luiz Henrique é derrotado por Covas. Em pouco tempo, Covas estaria fora do partido

## COVAS GANHA

Apoiado em um discurso emocionado de apelo às raízes históricas do PMDB o senador Mário Covas conseguiu reverter todas as expectativas e derrotar o deputado Luiz Henrique, candidato de Ulysses Guimarães, elegendo-se líder do partido. Em guerra fria com Ulysses, no primeiro momento o Planalto chegou a comemorar o resultado. Pura reação emocional, já que os dias seguintes mostrariam Covas como o grande opositor do Governo na Assembleia.

Foi na indicação dos relatores das comissões e subcomissões temáticas, sua primeira tarefa como líder, que o senador paulista deu os primeiros sinais da influência que passaria a exercer sobre o perfil da nova Carta. Estrategicamente, ele tratou de garantir os lugares para integrantes da ala progressista do PMDB. Os primeiros anteprojeto têm a marca pessoal de Covas.

## PLANALTO AGE

O dia 2 de abril de 87 foi de grande tensão política para o País. No Palácio do Planalto, o presidente José Sarney denunciava a existência de uma campanha visando a desestabilizar o Governo.

Descontente com sua base de sustentação partidária, desconfiado do PMDB e do PFL, o Presidente aproveitou para indicar um líder de Governo no Congresso — o deputado balano Carlos Sant'Anna. Ao mesmo tempo, passou a estimular a formação de um bloco suprapartidário capaz de lhe garantir uma maioria confiável na Constituinte. Este projeto terminaria por se concretizar meses mais tarde, com o surgimento do Centrão, mas fracassou nas tentativas iniciais. Desde as subcomissões até a Comissão de Sistematização, Sarney perdeu todas as suas batalhas contra a Constituinte, incluindo as questões que elegeu como prioritárias: duração do próprio mandato e definição do regime de Governo. Recuperou-se no plenário.

## ENFIM, CABRAL

Desde que foi concebida, a Comissão de Sistematização tinha no senador Afonso Arinos de Melo Franco o presidente inquestionável. Com a relatoria, a história foi outra. No dia 9 de abril de 87, três candidatos submeteram-se ao voto dos colegas, de olho no estratégico cargo. Contrariando todas as expectativas, venceu o então desconhecido deputado amazonense Bernardo Cabral, derrotando duas das maiores estrelas do PMDB: o senador Fernando Henrique Cardoso e o deputado Pimenta da Veiga.

Para Pimenta, aliás, aquele seria um dia negro: aceitou disputar a primeira vice-presidência e voltou a ser derrotado, desta vez pelo obscuro deputado paraibano Aluizio Campos.

A Comissão de Sistematização viria a desempenhar um papel fundamental e só não foi mais decisiva devido às alterações que o Centrão conseguiu introduzir no regimento interno.

Paliarin: penico para a CUT

JULIO ALCANTARA



Lourenço: rasgando o texto

O QUE MUDA COM A



O texto aprovado na Sistematização foi contestado e nasceu o Centrão, que conseguiu mudar o regimento. A nova Carta, votada em dois turnos, só espera agora a sua promulgação.

# S MOMENTOS



## AS COMISSÕES

As comissões temáticas da Constituinte foram instaladas ainda sob o impacto do pronunciamento que o presidente Sarney fizera no final de maio de 87, exigindo mandato de cinco anos e defendendo o presidencialismo. O discurso foi feito na véspera de uma reunião em que a bancada do PMDB definiria as duas questões — e onde terminou não decidindo nada.

No final de junho, sete das oito comissões encaminharam seus anteprojotos ao relator Bernardo Cabral — a exceção ficou por conta da Comissão de Educação, Família e Comunicações, cuja sessão de votação perdeu-se em tumultos e não conseguiu aprovar texto algum.

Entre críticas às decisões preliminares, o Governo reagiu anunciando a disposição de apresentar seu próprio projeto constitucional. Dois dias depois, o líder Carlos Sant'Anna encaminhava mais de cem emendas mudando tudo no trabalho das comissões.

## FRANKSTEIN

No ano passado, o mês de julho foi o mais movimentado na Constituinte. Começou sob a sombra assustadora de Frankstein (o monstro invocado pelo relator Bernardo Cabral para definir os projetos que saíram das comissões).

No dia 11, era apresentado o primeiro projeto do deputado Bernardo Cabral, um calhamação de quase 500 artigos que provocou furor na Comissão de Sistematização.

Finalmente no dia 19, depois de inúmeras negociações, o PMDB reuniu sua convenção nacional para decidir, afinal, até quando o presidente Sarney continuaria no Planalto. O senador Mário Covas bem que tentou, mas nem a sua oratória conseguiu arrancar uma decisão do partido. Orientados pelo Planalto e pelos governadores, os convencionais transferiram o problema à consciência de cada constituinte. Ponto para Sarney.

## A VEZ DO POVO

Um dos maiores momentos da Constituinte foi o dia 13 de agosto de 87, que marcou o final do prazo para apresentação das emendas populares. Uma inovação da atual Constituinte, a idéia teve tal receptividade junto à população que seu saldo foi impressionante: encerrado o prazo, 12 milhões de brasileiros tinham inscrito seus nomes em alguma dessas propostas.

Só a CNBB conseguiu reunir quase 2 milhões de assinaturas em emendas sobre educação, ordem econômica, liberdade religiosa e família. Centenas de milhares subscreveram propostas de diferentes patrocinadores fixando eleições diretas para a Presidência da República — o maior número foi obtido pelo senador Mário Covas, seguido de perto pelo PT. A reforma agrária também foi objeto de emenda da população.

Dias depois, representantes dos subscritores teriam acesso à tribuna para defender seus pontos de vista. Era o povo na Constituinte.

## NASCEM GRUPOS

Foi na fase da Comissão de Sistematização que surgiram os grupos suprapartidários. Os partidos praticamente sumiram para dar lugar a esses grupos (dos 32, do Entendimento, do Consenso, dos Sensatos), todos trabalhando na elaboração de emendas próprias ao projeto constitucional.

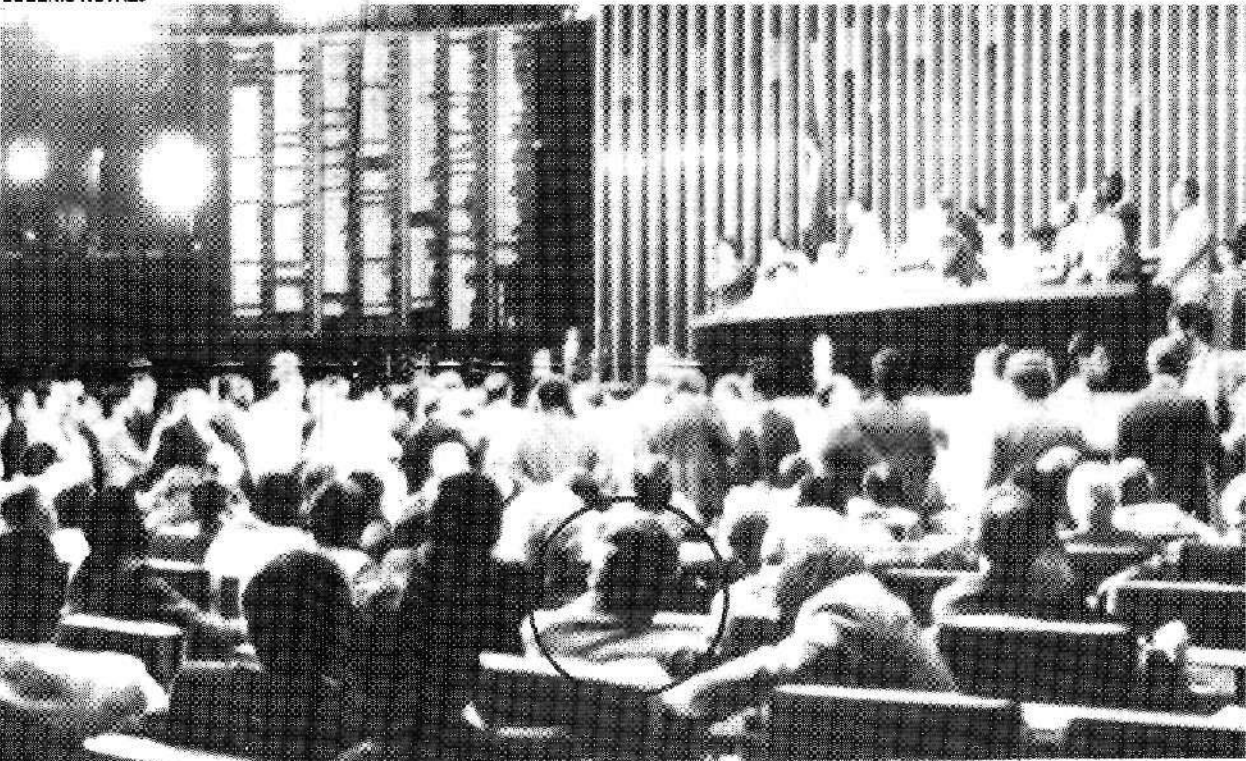
Quando o projeto entrou em votação definitiva na Comissão, muitos de seus dispositivos tinham o toque dos grupos suprapartidários. No geral, era um texto avançado, que previa a estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho, direito irrestrito de greve, horas extras pagas em dobro e uma combinação ousada entre mandato presidencial e sistema do Governo — contribuição pessoal do relator Bernardo Cabral: 6 anos de mandato e parlamentarismo clássico para vigência imediata. A proposta sofreu profundas modificações nos 55 dias que permaneceu em votação na Sistematização.

GIVALDO BARBOSA



Ganha a emenda de Matheus Iensen (centro). Sarney fica com os cinco anos

EUGÊNIO NOVAES



O dia do pianista: o constituinte assinalado na foto vota pelo deputado Sarney Filho e gera escândalo

## SAI O PROJETO

Foram 55 dias ininterruptos de trabalho, sem respeitar sábados nem domingos. Vinte mil emendas, que exigiram 509 votações. No final, o texto mais avançado dentre todos os que a Constituinte produziu desde a sua instalação.

A Comissão de Sistematização correu para compensar o tempo perdido. Os integrantes do órgão decidiram mergulhar no trabalho para tirar o atraso das fases anteriores. Conseguiram, mas não foi fácil.

A Sistematização teve alguns momentos bastante dramáticos. Quando aprovou a função social para a propriedade privada, por exemplo. Ou quando instituiu o regime parlamentarista nos moldes clássicos. Tudo isso sob pressões vindas de todos os lados, mas especialmente do Governo, que acusava a Comissão de ter sido artificialmente montada para beneficiar as teses esquerdistas. Os fatos posteriores vieram a confirmar que o plenário efetivamente tinha outras idéias.

GIVALDO BARBOSA



Protesto dos sindicalistas: CUT e CGT valiam o plenário que limitou a estabilidade

## CENTRÃO GANHA

Durante as votações temáticas da Constituinte, o Centrão e a esquerda estiveram quase sempre de lados opostos. Mas não foi sempre assim. Na verdade, algumas das 319 assinaturas que possibilitaram a apresentação do primeiro projeto centrista — o de modificação do regimento interno — eram justamente de parlamentares de esquerda inconformados com a impossibilidade de emendarem o projeto da Sistematização.

O Centrão surgiu de uma união de interesses: de um lado, o Governo, que se considerava prejudicado por muitas decisões da Comissão de Sistematização; do outro, os setores empresariais, preocupados com as tendências estatizantes do projeto.

Os trabalhos pararam por quase dois meses, mas o Centrão terminou vencendo. No dia 28 de janeiro, finalmente, o plenário começava a votar o projeto em primeiro turno, já sob novas normas regimentais.

## FORÇA DA UDR

Uma das votações mais tensas do primeiro turno foi a que aprovou o direito de propriedade. Com as galerias divididas entre manifestantes da UDR e da Contag, foi nesta matéria que a ameaça do buraco negro surgiu pela primeira vez na Constituinte.

Ao todo, foram realizadas seis votações diferentes, sem que nenhuma proposta tenha conseguido maioria absoluta para ser aprovada. No final, depois de muita negociação mas sem consenso, o impasse foi superado como queria a UDR: a propriedade produtiva manteve-se inviolável e, em caso de desapropriação, a forma de pagamento seria "justa e prévia indenização em dinheiro".

O buraco negro voltaria a ameaçar dias depois, durante a votação do direito de greve para servidores públicos. Desta vez, foram os trabalhadores que ocuparam as galerias.

## SARNEY VENCE

Todos os constituintes, sem uma única exceção, compareceram à sessão em que foi definido o sistema de governo do País, no primeiro turno das votações. Por 344 votos contra 215, venceu o presidencialismo.

Foi uma decisão histórica, acompanhada com expectativa por todo o País e com atenção toda especial pelo presidente Sarney — que teria ameaçado até renunciar se fosse obrigado a dividir seus poderes com um primeiro-ministro. Não precisou fazer uma coisa nem outra, mas terá que conviver com um Congresso fortalecido a partir da promulgação da nova Carta.

A valorização do Legislativo foi a recompensa dos parlamentaristas, que ganharam poderes reais de decisão. De quebra, foi aprovado um plebiscito para 1993, quando o povo terá a oportunidade de dizer diretamente se quer manter o presidencialismo ou instalar o regime de gabinete.

## E DÁ 5 ANOS

328 votos a favor, 222 contra e três abstenções, total de 553 votantes. Foi este o placar que garantiu ao presidente Sarney permanecer no Palácio do Planalto até 1990, numa das mais agitadas sessões realizadas pela Constituinte em seu primeiro turno de votações.

A oposição sabia previamente que seria derrotada, mas tentou obstruir a votação de todas as maneiras. Durante uma semana, o senador Mário Covas conseguiu segurar a Constituinte através do que ficou conhecido como "operação-padrão" — uma seqüência de questões de ordem que impediu o prosseguimento dos trabalhos. Passava das 18 horas do dia 2 de junho último quando a liderança do Governo conseguiu finalmente quebrar o bloqueio oposicionista, garantindo o mandato que interessava ao Presidente.

## ULYSSES REAGE

"Ingovernável é a fome". A frase é impressionante por si só, mas teve um significado ainda maior no momento em que foi proferida, como pedra de toque do discurso do deputado Ulysses Guimarães em defesa da Constituinte, a 27 de julho último. No dia anterior, o presidente José Sarney tinha se utilizado de uma cadeia nacional de rádio e televisão para advertir que os dissidentes aprovados pelos constituintes tornariam o País ingovernável.

A reação de Ulysses foi um dos episódios mais empolgantes da Constituinte e decisivo para o prosseguimento dos trabalhos. No momento em que setores do Governo falavam francamente em "zerar" a Constituinte, o discurso conseguiu formar uma cadeia de solidariedade em torno da instituição. Submetido à votação, o projeto foi aprovado por 403 votos contra 13, com ressalva dos destaques, deflagrando o segundo e último turno de votações. Estava garantida a Constituinte.

## SEM DESCANSO

Dia 27 de agosto, sábado passado. Pela primeira vez, há quorum no plenário da Constituinte para realizar votações em pleno final de semana.

De lá para cá, o ritmo foi verdadeiramente frenético. Sessões pela manhã, à tarde e à noite, votações consecutivas, sem pausa para descanso. Os constituintes não escondiam o cansaço: olheiras, bocejos, tonturas. E o plantão do serviço médico da Casa nunca foi tão requisitado.

Depois do discurso do deputado Ulysses Guimarães, o esforço concentrado foi o melhor momento da Constituinte neste segundo turno de votações. Uma verdadeira maratona, justificada pelos resultados que apresentou. Agora, dá até para acreditar na última previsão para promulgação da nova Carta: deve ser no próximo dia 23, início oficial da primavera no Brasil. Mas há quem fale também no dia 18, data de promulgação da Constituição de 1946.

emora o enterra da reforma agrária: a UDR ganhou